



ADPEMA Noticias 39



18/03/2016 - Defensores Associados conseguem liberação de doze presos da Unidade Prisional de Ressocialização de Santa Inês



Em audiência realizada na última quinta-feira (17), na 2ª Vara da Comarca de Santa Inês, no Fórum Desembargador João Miranda Sobrinho, os defensores públicos Associados, Alex Pacheco Magalhães e Rafael Caetano Alves Santos, titularizados no Núcleo Regional da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), naquele município, conseguiram a liberação de 12 detentos da Unidade Prisional de Ressocialização de Santa Inês (URSI). O benefício, referente a saídas temporárias e ao uso de tornozeleiras eletrônicas, atingiu presos provisórios e condenados que cumpriam pena em regime semiaberto.

Para os defensores públicos Alex Magalhães e Rafael Caetano, “não há felicidade maior do que ver o sorriso daqueles que foram tanto tempo esquecidos, muitas vezes pela própria família, sem nutrirem mais qualquer esperança na Justiça. A conquista da liberdade para uma pessoa, sem dúvidas, é algo indescritível”. As liberações foram possíveis mediante parceria com o Poder Judiciário, representado, na audiência, pela juíza de Direito Kariny Pereira Reis, e com o Ministério Público, pelo promotor de Justiça Sandro Lobato de Carvalho.

Os defensores agradeceram, ainda, a parceria existente entre as instituições do Sistema de Justiça, incluindo a Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap). “O trabalho vem sendo devidamente reconhecido e bastante exitoso. Realmente estamos no caminho certo e orgulhosos da nossa missão e da nossa carreira, sempre preparados para lutarmos em defesa da sociedade e dos desfavorecidos, a exemplo de todos aqueles inseridos no sistema penitenciário”, pontuaram.

Fonte: Ascom DPE/MA

18/03/2016 - Curso à distância gratuito sobre o novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil



#MROSC
MARCO REGULATÓRIO
DAS ORGANIZAÇÕES
DA SOCIEDADE CIVIL
LEI 13.019/2014

Para quem quiser se aprimorar no entendimento da Lei 13.019/2014, que introduz o novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), o Tribunal de Contas do Estado oferece um novo curso à distância. Defensores Públicos podem realizar o curso gratuito!

Através de sua Escola de Contas Públicas, o TCE-ES disponibiliza a capacitação a partir de uma metodologia não presencial, voltada para Defensores Públicos, servidores, estagiários, estudantes e profissionais da área.

A lei que implementa o MROSC passou a valer para as parcerias das organizações da sociedade civil com os governos federal e estadual desde o dia 23 de janeiro deste ano.

Metodologia

O curso conta com uma introdução conceitual sobre o novo marco regulatório das organizações da sociedade civil, englobando todas as fases da parceria: planejamento; seleção e celebração; execução; monitoramento e avaliação; e prestação de contas.

Além disso, as atividades abordam alguns aspectos de interesse das organizações, como é o caso dos cuidados necessários, especialmente nas questões previdenciária e trabalhista e de acessibilidade.

O entendimento da nova lei é importante para os integrantes da administração públicas, promovendo um maior controle nos repasses e análises das prestações de contas, para os integrantes de organizações da sociedade civil, de maneira a orientá-los quanto a correta aplicação dos recursos, e também para os órgãos de controle, visando uma fiscalização mais rígida.

O curso é gratuito e qualquer pessoa pode se inscrever!

Acesse o site e participe!: <http://escola.tce.es.gov.br/course/index.php?categoryid=28>

Fonte: Informações Ascom/ANADEP

18/03/2016 - Novo CPC entra em vigor hoje



A partir desta sexta-feira, 18, entra em vigor o novo CPC. A lei 13.105/15 revoga o Código de 1973, e traz uma série de mudanças que buscam promover nova dinâmica no Processo Civil brasileiro, adequando-o à realidade.

Entre as principais inovações promovidas pelo novel compêndio estão a criação de novos mecanismos para a busca de conciliação entre as partes, o dever do juiz de ouvir as partes, a questão da fundamentação de sentenças e reforço dos precedentes.

O regime único de tutela de urgência, a desconsideração da personalidade jurídica, férias aos advogados e correção de distorções práticas também são outros pontos de atenção no novo Código, apontados pelos operadores do Direito.

Outras mudanças

Antes mesmo de entrar em vigor, o novo CPC já sofreu alterações. Em fevereiro, a lei 13.256/16, entre outros pontos, restabeleceu a necessidade de juízo prévio de admissibilidade de recursos especial e extraordinário.

Outro ponto polêmico modificado foi a obrigatoriedade de os processos serem decididos em ordem cronológica – de obrigatório para "preferencial". A lei também limitou o saque de valores pagos a título de multa, pela parte contrária, ao trânsito em julgado da ação.

Fonte: Migalhas

18/03/2016 - DPE-MA atende pedido da ADPEMA e libera Defensores Públicos do interior para votação



Desde o dia 19 de fevereiro a Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA), por meio do ofício nº 13/2016, encaminhado à Defensora Pública Geral do Estado do Maranhão Mariana Albano de Almeida e ao Corregedor Geral da DPE-MA, Peterson Rêgo, solicitou a liberação dos Defensores Públicos para a participação no processo eleitoral da ADPEMA, a ser realizado na próxima segunda-feira (21).

A eleição ocorrerá durante todo o dia 21 de março, no horário das 9 às 18h, com a disputa entre duas chapas, ADPEMA MAIS ADIANTE e MUDAR PARA AVANÇAR, que receberão os votos dos defensores públicos associados, lotados no interior e na capital.

O requerimento foi deferido, parcialmente, pela Defensora Geral do Estado, Mariana Albano, com a liberação dos Defensores Públicos que atuam nos núcleos regionais do interior do Estado e que, portanto, precisarão se deslocar até a capital para exercerem o direito ao voto. Os demais Defensores Públicos da capital terão seu expediente normal a ser cumprido.

18/03/2016 - NOTA PÚBLICA- ANADEP



ANADEP

Associação Nacional dos Defensores Públicos

A Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP – se dirige à sociedade brasileira, nesse momento pelo qual passa nosso país, para manifestar sua apreensão diante do agravamento da crise política e do acirramento dos ânimos da República.

O momento pede serenidade de todas as instituições brasileiras para, juntas, fortalecermos nossa democracia ainda jovem e que tem na Constituição de 1988 o seu pilar de sustentação.

A ANADEP condena a corrupção, que vilipendia cotidianamente o direito de todos os usuários da Defensoria Pública, grupo mais vulnerável diante da malversação dos recursos públicos. Mas como representante de quase 6000 Defensores Públicos de todos os estados da Federação, integrantes da Instituição que é expressão do regime democrático, clama pela apuração dos fatos com a observância da mais estrita legalidade e o respeito às garantias individuais.

Tais garantias, notadamente o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa e a presunção de inocência, são imprescindíveis em um processo penal que deve ser livre de vícios e apto a promover a paz social como resultado da atividade jurisdicional.

A Associação Nacional dos Defensores Públicos seguirá lutando pelo acesso à Justiça de todos os cidadãos brasileiros, que têm no modelo público de assistência jurídica a garantia da manutenção do Estado Democrático de Direito.

Joaquim Gonzaga Neto

Presidente da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS (ANADEP)

ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DO ACRE - ADPACRE

ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - ADEP-BA

ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DE ALAGOAS - ADEPAL

ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DO AMAZONAS - ADEPAM

ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DO CEARÁ - ADPEC

ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL - ADEP-DF

ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - ADEPES

ASSOCIAÇÃO GOIANA DOS DEFENSORES PÚBLICOS - AGDP

ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DO MARANHÃO - ADPEMA

ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DE DEFENSORES PÚBLICOS - AMDEP

ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DE MINAS GERAIS - ADEP-MG

ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARÁ - ADPEP-PA

ASSOCIAÇÃO PARAIBANA DOS DEFENSORES PÚBLICOS - APDP

ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO PARANÁ - ADEPAR

ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - ADEPEPE

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DOS DEFENSORES PÚBLICOS - APIDEP

ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ADPERJ

ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - ADPERN

ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - ADPERGS

ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA - AMDEPRO

ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RORAIMA - ADPER

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE DEFENSORES PÚBLICOS - APADEP

ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA – ADEPESC

ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DE SERGIPE - ADPESE

ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DO TOCANTINS - ADPETO

Ver edições anteriores »



Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão
Rua Professor Pinho Rodrigues, nº 20, sala 311, Edifício Quartz, Jardim Renascença, São Luis/MA, CEP
65075-740

Tel./Fax: (98) 3199-6194

Cel: (98) 987583882

secretaria@adpema.com.br